

É necessário que um acordo de governabilidade assegure cinco objetivos que não desperdicem o balanço positivo a que se chegou

# Concentremo-nos no essencial

Pedro Ferraz da Costa

Se olharmos para os resultados eleitorais como um observador externo não podemos deixar de concluir que foram bastante positivos. O Governo que conduziu um reajustamento muito difícil foi reconduzido e os partidos que se identificam com a integração europeia e o euro mantiveram um nítido predomínio no Parlamento detendo ainda uma maioria de revisão constitucional. É de prever que continuarão no Governo e na oposição a entender-se quanto à necessidade de prosseguir a consolidação orçamental e de compatibilizar a política económica com o enquadramento externo.

É pressuposto desta visão positiva que o PS contribuirá para a governabilidade e para o respeito pelas regras de participação no euro, nomeadamente nas políticas orçamentais.

Os zigzagues do líder do PS entre uma adesão emocional ao Syriza e um programa macroeconómico apesar de tudo bastante "europeu", são problemas internos que num primeiro momento não assustarão os mercados e permitirão contar com o indispensável financiamento externo do país.

O observador interno já terá muito mais dúvidas pois que não é evidente onde se situará o resultado de uma negociação entre o Governo e o PS quanto às grandes questões da vida portuguesa e que são: um elevado nível de desemprego, um desequilíbrio das finanças públicas, a sustentabilidade da Segurança Social e o financiamento dos sistemas de saúde e educação. O debate entre as forças políticas concentrou-se muito em posições ideológicas pouco propícias a um acordo para encontrar soluções estáveis por muitos anos. Nenhum problema se resolve com avanços e recuos mas sobretudo nestes é necessário aplicar políticas de longo prazo e fornecer às famílias e empresas um quadro previsível e estável.

Quando se diz que mais de 60% dos eleitores da coligação não gostam de políticas de austeridade, somos forçados a concluir que, no entanto, perceberam que não havia caminho alternativo. Desejarão que se continue num ritmo menos severo, mas na mesma direção.

Ao longo destes quatro anos, as empresas do sector dos bens transacionáveis voltaram-se finalmente para o exterior, à falta de alternativa, mas com bastante sucesso. Sendo verdade que o aumento das exportações foi em enorme proporção assegurado por empresas de maior dimensão que já exportavam, é surpreendente tudo o que nasceu de novo, virado para o exterior e dos sectores com futuro no mercado global.

Tudo o que se conseguiu até agora — evitar a bancarrota generalizada e recomeçar a crescer e criar empre-

Tudo o que se conseguiu até agora — evitar a bancarrota generalizada e recomeçar a crescer e a criar emprego — não é, no entanto, suficiente

go, não é, no entanto, suficiente para responder à necessidade evidente que o país tem de crescer depressa, criar empregos mais qualificados e menos precários, e assegurar previsibilidade aos que descontam para a Segurança Social. É necessário tomar decisões claras e rápidas no sentido de assegurar melhores condições de atratividade para a atividade empresarial portuguesa e estrangeira. O que está a acontecer no sector do turismo, onde a nossa competitividade externa aumentou por esforço próprio mas também por via dos problemas existentes noutras áreas do mundo, tem de ser acompanhado pela criação de condições internas para outros sectores.

É forçoso reconhecer que em sectores importantes como o da justiça, da carga tributária e do contencioso fiscal e da burocracia, quase não houve progressos. Ficámos aqui aquém do que deveríamos ter feito.

O Presidente da República, em boa hora, veio obrigar a um esforço de reflexão sobre as condições de governabilidade adequadas ao progresso económico e social do país.

Para os empresários e investidores nacionais e estrangeiros é fundamental que o acordo garanta 5 objetivos fundamentais:

- 1) colocar o crescimento e o emprego como primeiro objetivo da governação;
- 2) reforçar a competitividade externa como critério de avaliação das políticas públicas;
- 3) fixação de objetivos que responsabilizem os governantes;
- 4) fixação de um quadro de referência para os cidadãos e empresas;
- 5) estabilidade da política macroeconómica;

Um bom acordo em relação a estes objetivos permitirá um aumento do investimento e da criação de postos de trabalho e assegurará que não se desperdiça o balanço positivo a que a economia portuguesa recentemente chegou.

Presidente do Fórum para a Competitividade